



UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SEMENTES DA UFPel

Antonio Carlos Madruga Bandeira
Luciana Florentino Novo

Resumo

A universidade é uma instituição que apresenta papel fundamental na promoção do desenvolvimento. Porém, a sociedade apresenta dificuldades em visualizar tais contribuições, conferindo a mesma um caráter elitista. No Brasil, diferentemente de outros países, existem poucas pesquisas voltadas a identificar a ocorrência de tais contribuições. Em vista disso, este trabalho objetiva analisar a contribuição que o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes da UFPel exerce para promover o desenvolvimento regional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, cujos dados primários foram coletados por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas a docentes do programa e aplicação de questionários aos discentes. Os resultados apontaram a importância exercida quanto à formação de profissionais altamente qualificados e as pesquisas desenvolvidas pelo programa, as quais enfocam uma área considerada de “defesa nacional”. Ademais são realizadas diversas ações de extensão capazes de disseminar o conhecimento produzido, atendendo demandas específicas dos produtores de sementes; destacando-se o projeto conhecido como “feijão miúdo” e as atividades conhecidas como “dia de campo”; verificando-se, assim, a efetiva contribuição exercida para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Universidade e Sociedade; Pós-Graduação; Desenvolvimento Regional.

Introdução

A universidade é uma instituição milenar, tendo sido criada pela sociedade para que pudesse ajudar a si própria (RISTOFF, 1999). Resulta de uma longa construção histórica, conseguindo consolidar-se e ganhar legitimidade exatamente por mostrar-se capaz de transmitir e produzir conhecimentos (PANIZZI, 2004).

No Brasil a primeira universidade criada foi a do estado de São Paulo, em 1934. Trata-se, portanto, de uma instituição recente no contexto brasileiro, visto que ainda sequer completou um século de existência formal.

Em 1988, o Brasil dá um importante passo no que se refere à configuração de universidade no cenário nacional, ao consagrar no artigo 207 da Constituição Federal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mesmo que constituída por estes três pilares, a relevância social referente à formação profissional tende a ser considerada a mais reconhecida e visível diante da sociedade, ainda que esta seja apenas uma das tantas atividades realizadas pela instituição (PANIZZI, 2004).

As instituições de ensino superior são organizações dotadas de uma função social já pelo tipo de atividade que desenvolve. Quando se trata de instituições públicas, essa função é maior, visto que se trata de uma organização de produção e disseminação de conhecimentos mantida pelo Estado, isto é, por todos os cidadãos que pagam tributos. Em um país com condições de vida tão desiguais, como o Brasil, mais que a responsabilidade inerente a sua função de formação, as instituições devem estar engajadas socialmente com seu entorno (SILVA; MELO, 2010).

A atividade de ensino, ainda que essencial para promover um processo de acumulação regional sustentado, não é a única via, pelo menos, não mais na última metade do século XX, contando cada vez mais a produção e a transferência de conhecimento.

Diante desse contexto, apresenta fundamental importância o papel que as universidades podem desempenhar no desenvolvimento regional (seja por meio das atividades de ensino, como por meio das atividades de pesquisa e extensão), atuando na diminuição das disparidades econômicas e sociais existentes (FROTA JR., 2004).

Em vista disso, este trabalho teve por objetivo analisar a contribuição que o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), exerce no sentido de promover o desenvolvimento regional (econômico e social).

Trajetória histórica da universidade brasileira

No período colonial, existiam no Brasil apenas os cursos superiores de Filosofia e Teologia, oferecidos pelos jesuítas, pois Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior nas suas colônias, temendo que o estudo de nível superior pudesse contribuir com os movimentos de independência (NOVO, 2004).

A partir de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de engenharia (academia militar), medicina (cátedras de cirurgia e anatomia) e belas artes, gratuitos e financiados com o “Quinto da Coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias. No Brasil Império, a expansão do ensino superior ocorre de maneira muito lenta, através do surgimento de cursos isolados em várias áreas, já que o modelo econômico agro exportador não necessitava de profissionais com formação superior (NOVO, 2004).

Na América Latina, o ensino superior pode ser tido como um caso especial, seja por sua abrangência restrita, seja pela alta qualidade dos seus profissionais, das escolas de pós-graduação e dos programas de pesquisa ou ainda, pelo atraso com que surgiram tais instituições. Em outros países da região, as universidades datam do século XVI ou, no

máximo, do século XIX, enquanto no Brasil a primeira instituição data de 1934 (SCHWARTZMAN, 2006).

A primeira e mais bem-sucedida universidade da década de 1930 não foi a Universidade Nacional do Rio de Janeiro, mas, sim, a Universidade do Estado de São Paulo, conhecida até hoje como Universidade de São Paulo (USP), primeira a se adequar ao decreto federal nº. 19.851, que criou o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, o qual estabeleceu como finalidade do ensino universitário:

[...] a investigação científica e o preparo para o exercício profissional. Por meio dessa regulamentação, a dimensão da produção científica passa a fazer parte das diretrizes educacionais (coerentemente com a política de industrialização que se apresenta no país após a década de 30). A partir da criação do referido Estatuto, começaram a se multiplicar universidades públicas e privadas em todo o país (ROMANELLI *apud* MELO, 2002, p. 76).

Até então, o ensino superior era realizado em instituições de vinculação religiosa, voltados à filosofia e teologia, ou em escolas e faculdades autônomas que atuavam na formação profissional em várias áreas. Contudo, já existia a compreensão de que a pesquisa científica era um elemento necessário ao desenvolvimento do país e que, o seu aprimoramento necessitava de organizações institucionais que a abrigassem. Desse modo, similarmente ao que ocorrera na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, promoveu-se a criação de universidades que associavam o ensino e a pesquisa, visando o desenvolvimento de conhecimentos que contribuíssem com o progresso do país (MANCE, 2004).

Em decorrência da industrialização e urbanização, surge pela primeira vez no Brasil uma ação planejada visando à organização nacional da educação. Com a Era Vargas, em que pese às dificuldades: “Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade” (ARANHA, 1996, p. 201).

Durante e após a segunda guerra mundial, pesquisas visando o desenvolvimento científico e tecnológico foram bastante incentivadas pelos Estados e empresas. Em várias universidades a pesquisa torna-se a principal atividade acadêmica, deixando em segundo plano o ensino. Com a elevação progressiva dos custos com a pesquisa científica, e com a concorrência entre as empresas na aplicação da ciência ao processo produtivo, pesquisadores e universidades passam a manter relações mais estreitas com as empresas (MANCE, 1999).

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1947 foi uma inovação em termos acadêmicos, pois seguia os padrões dos EUA, padrão que contribuiu para a modernização destas instituições, inclusive para a criação da Universidade de Brasília. A mesma serviria de modelo a um ensino superior moderno, abrangendo áreas do conhecimento capazes de influenciar o rumo das demais universidades brasileiras (FIGUEIREDO, 2005).

Cunha (2000) menciona que com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1950-54), algumas medidas foram adotadas, através da LDB de 1961. Dentre elas, a expansão do ensino médio, e, em consequência, o aumento da procura pelo ensino superior assumida pelo governo federal.

Com o golpe militar de 1964, a bandeira da reforma universitária, defendida pelo movimento estudantil foi incorporada pelo Estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privado do ensino público, que já era observado com a aprovação da LDB de 1961, principalmente no substitutivo Lacerda de caráter liberal, vetava o monopólio do ensino pelo Estado e defendia a iniciativa privada, são ampliadas pelo regime militar.

Neste período, deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os excedentes (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório (BELLO, 2001).

Cabe destacar, neste contexto, que a Universidade Federal de Pelotas foi criada pelo

decreto lei 750, em agosto de 1969, representando a sequência da trajetória histórica de instituições de ensino, criadas em Pelotas no final do século XIX e início do século XX. A mais antiga delas é a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, fundada em dezembro de 1883, a qual foi instalada no prédio da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, denominação inicial da unidade de ensino (FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL, 2011).

Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, sendo que o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para executá-las. Essas reformas visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente do interesse norte-americano, sendo para tanto geradas mudanças na LDB (FIGUEIREDO, 2005).

No Brasil, ainda que alguns órgãos já estivessem voltados há bastante tempo para as atividades de ciência e tecnologia, como a Academia Brasileira de Ciência (ABC), criada em 1916, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1949, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), em 1951, para Goergen (1997), foi com o surgimento de instituições como a FAPESP, o BNDE, a FINEP e a EMBRAPA, criadas entre as décadas de 60 e 70, época em que a pesquisa foi alçada a instrumento importante em termos de desenvolvimento nacional. Para dar início ao processo de institucionalização da ciência e tecnologia, a primeira medida adotada voltou-se ao incentivo da capacitação de recursos humanos, viabilizada pela criação de cursos de pós-graduação, por meio dos fundos de fomento à ciência e tecnologia, como FUNTEC e FNDCT, bem como dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND e PBDCT). Instituiu-se, dessa forma, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) (RAMOS, 2002).

O sistema nacional de pós-graduação se tornou acelerado, mais precisamente, no final da década de 60, dentro de um cenário político que procurava o crescimento econômico rápido. A política de capacitação de profissionais buscava suprir a carência futura de mão-de-obra especializada para assumir os empregos a serem criados em decorrência do desenvolvimento econômico previsto, assim como “de cientistas, pesquisadores e técnicos aptos a desenvolver a pesquisa indispensável a esse desenvolvimento” (RAMOS, 2002, p. 71).

A reforma universitária de 1968 (lei nº 5540) instituiu o sistema de pós-graduação no Brasil, oportunidade que a comunidade científica esperava e teve para abrir as “comportas” do estudo crítico, da análise sócio-política e econômica, da revisão que permitiu o avanço do conhecimento científico:

[...] a pós-graduação também se constitui num espaço importante para o incremento da produção científica e, no caso da educação, concorreu para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, embora não predominante, gerou estudos consistentes sobre cuja base foi possível formular a crítica e a denúncia sistemática da pedagogia dominante, alimentando um movimento de contra ideologia. Assim, a situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura logo se tornou alvo da crítica de educadores, que crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos, processo que se iniciou em meados da década de 70 e se intensificou ao longo dos anos 80 [...] (SAVIANI et al., 2004, p. 45).

O desenvolvimento da pós-graduação foi criando as bases para a valorização da pesquisa na cultura acadêmica. Essa condição, entretanto, foi sendo definidora de espaços exclusivos, distanciando-se da compreensão da relação indissociável da pesquisa como o ensino. Pouco se articulava, também, com a extensão, vista pelas políticas da época como uma prestação de serviços, que deveria levar a alguns segmentos da população os saberes acadêmicos, numa relação linear entre dois pólos: os que sabem e os que não sabem (CUNHA, 2010).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a aprovação do texto da lei nº. 9.394/96 (LDB), ocorre uma explosão de IES, principalmente no setor privado. São vários os fatores que explicam o seu crescimento: flexibilização dos exames vestibulares que permitiram outras formas de seleção; a criação de uma nova forma de organização – o centro universitário – que dá o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; a flexibilidade na criação de cursos, entre eles os sequenciais e os tecnólogos (MAIA, 2006).

A industrialização progressiva do país no pós-guerra e os discursos nacionalistas de desenvolvimento produziram iniciativas importantes para a instalação de organismos que favorecessem uma base de pesquisa no país, já reconhecendo a necessidade de ampliação desse compromisso nas emergentes universidades brasileiras. Para alguns estudiosos, a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) revelou o amadurecimento de iniciativas até então pontuais, de compromisso com a instalação de uma base de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior (IES). Sob a perspectiva estatal, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é tida como iniciativa de fundamental importância. Como o fomento da pesquisa pressupunha a formação de recursos humanos qualificados para essa função, o Ministério da Educação instituiu a Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), que passou a ter um fundamental papel no fomento e regulação da pós-graduação no Brasil (CUNHA, 2010).

Nesta esteira, foi promulgada a lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa lei tem como principal objetivo a concentração de esforços na direção de capacitar, reforçar e aprimorar o ambiente produtivo nacional. Ela visa tornar dinâmica a relação entre universidades, institutos de pesquisa e o setor produtivo nacional e, desse modo, produzir ciência de ponta para tornar os produtos brasileiros mais competitivos. Para alcançar esses propósitos, a lei propõe como estratégias a celebração de acordos de cooperação e de parceria entre as instituições científicas e tecnológicas (ICT's) e instituições públicas ou privadas (FRANCO; LONGHI; RAMOS, 2009).

Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), uma das ações do governo integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O programa é a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, iniciado em 2003, instituído pelo decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, tem a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, como sua instância maior de gestão. O programa foi instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades, em especial as IES do setor público para o desenvolvimento econômico e social (GUBIANI; MORALES; SELIG, 2010).

Enquanto isso, em termos de cenário da pós-graduação no país, foi criado o Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 que apresenta como objetivo o fortalecimento com equidade do sistema nacional de pós-graduação, visando atender, com qualidade as diversas demandas da sociedade, buscando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país (FRANCO; LONGHI; RAMOS, 2009).

Quanto a esse aspecto, Ramos (2002, p. 23) destaca que:

É notório no Brasil que a pós-graduação dentro das universidades é quem responde pela grande maioria das investigações científicas do país, constituindo um dos vetores que permite a passagem da universidade da condição de apenas transmissora para também de produtora de conhecimentos. Desse modo, a pós-graduação, através da pesquisa e da formação de novos quadros universitários, cumpre importante papel na consolidação das universidades e na geração e fortalecimento de uma cultura e de um sistema de pesquisa.

A universidade brasileira e o tripé ensino, pesquisa e extensão

No contexto brasileiro, a universidade encontra-se responsável pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Cada uma destas funções apresentando uma importante e indispensável contribuição, da qual as instituições não podem eximir-se.

No início dos anos 80, no campo da educação superior, passou a ser majoritária a posição em defesa da universidade como instituição onde o ensino, a pesquisa e a extensão deveriam estabelecer-se de forma indissociável. Reconhecia-se essa, como sendo a modalidade mais adequada para ter-se uma educação superior de legitimada qualidade (CUNHA, 2010); posicionamento que é concretizado de modo expresso na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207:

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2011).

Pode-se verificar que diante do que estabelece a legislação, que o grau de complexidade das atividades a serem desenvolvidas pela instituição universitária, adquire proporções normalmente inimagináveis para uma grande parcela da população, que normalmente atribui à mesma apenas uma de suas funções mais visíveis: a de formadora de recursos humanos para o mercado de trabalho; porém, há que se destacar que a sua atuação extrapola em muito esta função (NOVO, 2004).

Tem-se então, contemplado no tripé da universidade, a indissociabilidade entre as três funções a seguir:

- Ensino: arte ou ação de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que os compreenda e assimile;

- Pesquisa: maneira pela qual se transforma essa informação em conhecimento. Seria a transmissão do conhecimento científico e cultural, importante para a soberania e independência de um país (SOUZA *apud* ZIMMER; MELO, 2004).

- Extensão: atribuída à universidade visando viabilizar sua interação com a sociedade, sendo que, exercida junto ao ensino e a pesquisa torna-se capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. Essa função passa a ser considerada compromisso social da universidade, que deverá estar continuamente empenhada na solução das questões que afligem a maioria da população, conduzindo seus interesses para as questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais (NOVO; MELO *apud* SILVA; MELO, 2010).

No Brasil, destacadamente durante as últimas décadas diversas mudanças políticas, econômicas e sociais impulsionaram a condução de discussões teóricas, formulando-se diferentes concepções a respeito do papel da extensão na universidade, as quais, expressam diferentes perspectivas ideológicas no que tange à relação universidade e sociedade (JEZINE, 2004).

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), a extensão universitária é considerada como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Trata-se de uma via de mão-dupla: a comunidade acadêmica encontra na sociedade a oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos, em contrapartida, universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, acrescentará àquele conhecimento. Esse movimento alternado, que troca saberes sistematizados, acadêmico e popular, trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da universidade. É um trabalho interdisciplinar, que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA *apud* SILVA; MELO, 2010).

Universidade e sociedade

A educação superior é um patrimônio público na medida em que desempenha funções de caráter político e ético, mais que uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas. É sumamente importante que a educação superior produza conhecimentos e formação com um grande sentido de relação social. Neste sentido, Dias Sobrinho (2005) destaca a pertinência de implantação de uma ética da responsabilidade social, que junte os atores acadêmicos e agentes da sociedade civil organizada às agendas públicas realmente voltadas ao atendimento das demandas das populações.

A discussão sobre o papel social da universidade, em particular da universidade pública, vem recebendo lugar de destaque, contraindo um número cada vez maior de simpatizantes às idéias que abordam a relação universidade e sociedade (NOVO, 2004). Como nossa sociedade vem se tornando uma sociedade de organizações, todas as instituições têm de fazer com que o atendimento de valores, crenças e propósitos sociais, seja importante objetivo para suas atividades contínuas e não uma responsabilidade social que restrinja ou se situe fora de suas funções fundamentais, enquadrando-se, nesse contexto, as instituições universitárias (DRUCKER, 2002).

O termo responsabilidade social refere-se aos relacionamentos que a instituição tem além dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e concorrentes, já que envolve a comunidade, meio-ambiente, desenvolvimento comunitário, em todo o contexto onde se encontra inserido, formando uma grande teia. Assim, as instituições socialmente responsáveis percebem que seus compromissos vão além dos interesses de sua cadeia produtiva, porque devem contribuir para o bem-estar, qualidade de vida, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário pela participação mais direta nas ações comunitárias na região na qual está inserida (MOISEICHYK; BIAZÚS *apud* SILVA; MELO, 2010).

Diante desse cenário, a universidade deve procurar destacar e aprimorar o papel de agente social exercido, procurando contribuir para a solução de inúmeros problemas decorrentes da vida moderna, de forma a aperfeiçoar o mais importante compromissos a ser cumpridos pela instituição: o de estar presente, já que a mesma foi criada pela sociedade para que a sociedade pudesse melhor ajudar a si própria (RISTOFF, 1999 *apud* NOVO, 2004).

Além do mais, a possibilidade de realização de trabalhos aplicados relacionados às necessidades da comunidade em geral e universitária significa uma oportunidade ímpar de aperfeiçoamento de alunos e professores ao propiciar: o repasse das pesquisas e investigações produzidas à comunidade e outras instituições no âmbito regional (GUIMARÃES et al., 2004).

Tem-se então, o grande papel da universidade do século XXI: o de comprometer-se ativamente com o futuro de maneira a reconciliar a ciência com a ética e a levantar seu pensamento e sua voz acima da degradação de valores, do crescimento de injustiças e do desencanto da pós-modernidade (BORJA *apud* NOVO, 2004).

As universidades e o desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento, de acordo com Furtado (1981) relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. Num primeiro plano, podem-se usar critérios objetivos, quando se trata da satisfação de necessidades humanas elementares como: alimentação, vestuário e habitação. Porém, ao se considerar outros fatores “menos urgentes” para avaliar a satisfação humana, muitas vezes corre-se o risco de perder a nitidez analítica, por não se levar em consideração o contexto cultural que nortearam o processo de formação histórico de cada região.

Becker e Wittmann (2008) sugerem como conceito de desenvolvimento, tratar-se do desdobramento de forças produtivas próprias, específicas de cada espaço, visando abastecer a

sociedade com bens materiais e culturais essenciais e com serviços básicos, no âmbito de uma ordem política e social que garantam para todos os membros dessa sociedade as mesmas chances e permita a todos participarem do resultado comum desse bem-estar produzido e das decisões políticas.

Quanto ao desenvolvimento regional, este pode ser definido como “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (BOISIER, 1996, p. 10). Tal processo envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja, as regiões devem aproveitar suas vantagens comparativas, diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região (BECKER; WITTMANN, 2008).

Importante destacar que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Paul Singer (1982) concorda com Celso Furtado (1978) na diferença entre crescimento e desenvolvimento. Por crescimento, o autor entende o aumento contínuo do produto nacional bruto, no sentido mais amplo; e, no sentido restrito, o aumento do produto per capita. Já o conceito de desenvolvimento econômico envolve uma transformação qualitativa da estrutura econômica, social e cultural do país (MAIA, 2006).

Nestes termos, o desenvolvimento depende do crescimento, pois o aumento do produto nacional real (total ou per capita) é o fator que, historicamente, caracteriza a passagem dos países da condição de subdesenvolvidos para a de desenvolvidos (MAIA, 2006).

No contexto do desenvolvimento, regional ou nacional emerge o papel da educação, que é a forma pela qual a humanidade evolui; sem ela não seria possível sequer a manutenção da civilização. A educação torna-se fator fundamental para o desenvolvimento, tanto do indivíduo quanto da sociedade, seja pelos fins a que visa, seja pelos meios que emprega, a educação sempre se encontra voltada ao atendimento das necessidades sociais (DURKHEIM *apud* MAIA, 2006).

A educação tem papel ativo na sociedade, sendo fundamental que a universidade trabalhe o papel dos estudantes no futuro - o de verdadeiros agentes de mudança, afinal a educação é instrumento social, político e econômico não para produzir, a mudança social, mas para servir de instrumento para que os sujeitos sociais sejam sujeitos do processo de mudança (BELLONI *apud* NOVO, 2004).

A universidade é uma instituição social que adquire inúmeras relações com o seu entorno e exerce importante influência sobre o espaço abrangido por sua atuação, sendo que desde a segunda metade do século XX vem aumentando a percepção de que a universidade contribui não apenas para o desenvolvimento cultural e científico, mas também para o econômico (THEIS; MENEGHEL; BAGATTOLLI, 2004).

Dentre as várias possibilidades de uma região desenvolver-se economicamente com a presença de uma universidade, costuma ganhar destaque a formação continuada de recursos humanos qualificados para o setor produtivo regional. No entanto, a atividade de ensino, ainda que essencial para promover um processo de acumulação regional sustentado, não é a única via, pelo menos, não mais na última metade do século XX. Atualmente contam, cada vez mais, a produção e a transferência de conhecimento. Em diversos países, inclusive no Brasil, as universidades vêm ampliando sua presença mediante a geração de conhecimento para a economia regional e, tornando-se atores essenciais na sustentabilidade dos respectivos processos de acumulação (THEIS; MENEGHEL; BAGATTOLLI, 2004).

Nos Estados Unidos, desde meados da década de 80, pesquisas universitárias vem sendo direcionadas para o estudo do resultado do impacto do ensino superior no desenvolvimento econômico regional. Proporcionalmente ao crescimento econômico, tem havido um aumento no interesse em medir o quanto as atividades desenvolvidas pelas

universidades impactam o desenvolvimento das economias regionais, nas pequenas e médias empresas (GOLDSTEIN; DRUCKER, 2007 *apud* GUBIANI; MORALES; SELIG, 2010).

No contexto mundial, pode-se considerar a universidade norte-americana como destacado exemplo de instituição onde se encontram depositadas as aspirações da sociedade, em relação ao progresso. Para a nação é fundamental a existência de uma ligação muito estreita entre seus elementos progressivos de todos os gêneros, de tal maneira que o estudo tenha influência sobre o lugar público com reciprocidade. As universidades apresentam-se, então, como agentes importantíssimos desta fusão de atividades progressivas, embora se reconheçam que as mesmas não são os únicos agentes transformadores do meio social. Mesmo assim, salienta-se “que é fato real e explícito que as nações mais progressistas são também aquelas onde as instituições universitárias desenvolveram-se de forma mais brilhante” (MELO *apud* NOVO, 2004, pg. 54).

A universidade colabora com a transformação do país na medida em que busca alternativas para as grandes questões nacionais, tanto através da elaboração de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às necessidades de desenvolvimento, quanto através da capacitação de recursos humanos que possam qualificadamente atuar na transformação de nossa sociedade, bem como pela implantação de atividades de extensão. Estes elementos permitem atribuir uma perspectiva própria à inserção da universidade na comunidade global, peculiar aos fenômenos de mundialização, quando da realização de convênios e intercâmbios - cada vez mais facilitados pelo aprimoramento das tecnologias de transporte e de transmissão de dados. Porém, cabe destacar que, se for conveniente que a universidade mantenha parcerias com outras instituições sociais, inclusive empresas privadas, na efetivação desses propósitos, tais parcerias não podem se converter, de forma alguma, na fonte de financiamento das atividades universitárias, pois tal situação apresenta potencial de colocar em risco a própria autonomia da universidade (MANCINI, 2004).

A interação entre a universidade, indústria e governo é incentivada e o empreendedorismo faz parte do cotidiano acadêmico (TERRA; ETZKOWITZ *apud* GUBIANI; MORALES; SELIG, 2010). No Brasil, a relação das universidades federais com as empresas ainda não é um processo institucionalizado, entretanto, a lei de inovação aprovada em dezembro de 2004 (lei federal nº 10.973, de 02.12.2004 do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT), respalda as parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas estimulando a participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação, possibilitando autorizações para a incubação de empresas no espaço público e o compartilhamento de infraestruturas de equipamentos como também dos recursos humanos públicos e privados (GUBIANI; MORALES; SELIG, 2010).

Estudos desenvolvidos na Europa e nos EUA demonstram que a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional para os países e regiões onde estão instaladas, é muito grande, ao mesmo tempo em que provam que os efeitos mais duradouros não são, necessariamente, os decorrentes das atividades de ensino (CALEIRO; REGO *apud* GUBIANI; MORALES; SELIG, 2010).

Metodologia

A pesquisa desenvolvida apresenta uma abordagem qualitativa, visto que este tipo de estudo é apropriado para as questões que indagam sobre uma realidade específica, “que tem carga histórica e refletem posições frente à realidade, momento do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações de classes e de grupos determinados” (MINAYO, 2004, p. 23).

Quanto ao método foi escolhido o estudo de caso, pois este é tido como o método mais adequado quando se pretende analisar um determinado fenômeno em uma ou mais organizações. Trata-se de uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, podendo, trabalhar evidências tanto qualitativas

quanto quantitativas (YIN, 2001).

Como técnicas de coleta de dados primários foram adotadas entrevistas semiestruturadas e questionários, sendo que as entrevistas foram realizadas junto a quatro professores lotados junto ao Departamento de Fitotecnia, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a qual abarca o programa de pós-graduação estudado; sendo primeiramente realizada uma entrevista com um dos docentes, considerado informante-chave, visto o conhecimento e a ampla atuação junto ao Programa no transcurso de sua trajetória profissional. Quanto aos questionários (abrangendo questões abertas) os mesmos foram aplicados à totalidade (vinte e um) dos alunos do nível de Mestrado Profissional concluintes do curso no segundo semestre de 2011.

Como técnica de coleta de dados secundária, adotou-se a análise documental, apoiando-se na proposição de Yin (2001) que menciona a importância de utilizarem-se múltiplas fontes de evidências nos estudos de caso. Tal análise abrangeu documentos, projetos, relatórios, artigos, periódicos e dissertações relacionadas ao PPGCTS, capazes de auxiliar na obtenção das respostas propostas neste estudo.

Importante se faz destacar que foi a partir das informações obtidas por meio das entrevistas que se teve acesso às informações (atividades, projetos desenvolvidos pelo Programa) necessárias para a definição de tópicos a serem abrangidos no questionário aplicado à totalidade de discentes do Programa em nível de Mestrado Profissional, que estavam cursando o último módulo de disciplinas, no primeiro semestre de 2011. Esclarece-se, ainda que a escolha pelos alunos que atuam junto ao Mestrado Profissional justifica-se, pelo fato de todos estarem atuando no mercado de trabalho no momento; contribuindo com o setor produtivo, o que poderia facilitar para que os mesmos respondessem as questões colocadas no estudo. Além desse aspecto, o fato dos mesmos estarem concluindo o curso, significa já terem percorrido uma trajetória junto ao Programa, conhecendo as ações e projetos desenvolvidos pelo PPGCTS.

Os dados obtidos foram analisados mediante a aplicação da técnica de análise de conteúdo, pautada por eixos temáticos (categorização simples) (BARDIN, 1977).

Resultados

O Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes (PPGCTS) tem por objetivo principal a capacitação científico-tecnológica de pessoal para o exercício de atividades de pesquisa em órgãos públicos, privados e de ensino, pesquisa e extensão em instituições de ensino, públicas e privadas na área de Ciência e Tecnologia de Sementes (RELATÓRIO CAPES, 2010).

Em vista disso, quando trazido à tona as questões voltadas às atividades desenvolvidas pelo PPGCTS, o que primeiramente foi mencionado nas entrevistas, referiu-se à formação de profissionais devidamente qualificados na área de sementes, abrangendo os cursos de pós-graduação *strictu sensu* e *lato sensu*, os quais são capazes de suprir a demanda existente, não só em termos regionais, mas também nacionais e, inclusive internacionais. Tal questão pode ser conferida na fala a seguir “A qualificação de pessoal técnico-científico, em nível de especialização, mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, para atuar em atividades profissionais junto a organizações públicas e privadas e para atuar em instituições de ensino e pesquisa, na região, no país e na América Latina (Bolívia, Paraguai, Peru, Chile, Colômbia, Venezuela, Equador, Uruguai), é destaque, sendo que o egresso chega ao mercado de trabalho contribuindo com a sociedade em que está inserido”. Essa constatação também é corroborada pelos alunos que participaram da pesquisa, os quais consideram que a “formação de profissionais de elevado conhecimento em pesquisas de sementes” (Q01) é um dos papéis mais importantes em termos de contribuição da UFPel para o desenvolvimento da região, na qual a mesma se encontra inserida.

Tais considerações vêm ao encontro do que é mencionado no referencial teórico, pois em geral, o aspecto mais visível para a sociedade, em termos de contribuição das instituições universitárias, tende a ser a formação de profissionais qualificados. Porém, mesmo que essa função seja considerada como de grande relevância social, há que se considerar que essa é mais uma das tantas atividades realizadas, pois a instituição contribui para a melhoria do patamar de vida de sua região, através da qualidade dos profissionais que forma, das pesquisas desenvolvidas em seus campi e da transmissão dos seus resultados para a sociedade (ROLIM; SERRA, 2009). Neste sentido, deve-se salientar que os egressos do programa vêm exercendo atividades em instituições de ensino, de pesquisa, órgãos públicos, associações de produtores, cooperativas e empresas produtoras de sementes (RELATÓRIO CAPES, 2010).

Uma característica que parece destacar-se no PPGCTS é a inserção que apresenta tanto regional, como nacional e até internacional, pois dentre todos os cursos oferecidos, encontram-se egressos naturais de várias regiões do Brasil e também provenientes de diversos países da América Latina, República de São Domingos e Moçambique.

Além da amplitude da função de qualificação profissional, pode-se verificar a existência de projetos de pesquisas que apresentaram importante impacto em determinadas regiões, sobretudo na área abrangida pelo estado do Rio Grande do Sul, o que vem ao encontro das palavras de Gubiani, Morales e Selig (2010 p. 17) quando mencionam que:

Estudos desenvolvidos na Europa e nos EUA demonstram que a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional e para os países onde estão instaladas, é muito grande, ao mesmo tempo em que provam que os efeitos mais duradouros não são, necessariamente, os decorrentes das atividades de ensino.

Esse é o caso, por exemplo, do projeto de pesquisa desenvolvido no contexto do programa, que foca a espécie conhecida como feijão miúdo, o qual é desenvolvido desde 1992.

O feijão miúdo foi introduzido na América Latina, no século XVI, pelos colonizadores espanhóis e portugueses, primeiramente nas colônias espanholas e em seguida no Brasil, provavelmente pelo estado da Bahia (WATT, 1978; FREIRE FILHO et al., 1981; FREIRE FILHO, 1988 *apud* MAIA, 2006). A partir da Bahia foi levado pelos colonizadores para outras áreas da região nordeste e para outras regiões do país. No RS, estima-se que foram trazidos pelos colonizadores açorianos em 1725, quando da fundação da primeira povoação, Barranco do Norte, atual São José do Norte. Mesmo tendo sua origem quase totalmente no município, a oferta de sementes no mercado era considerada insuficiente, tanto em quantidade como em qualidade, em relação à demanda existente.

O projeto foi criado e desenvolvido, visando organizar a cadeia de produção de sementes de feijão miúdo, no município de São José do Norte, viabilizando sementes de qualidade para produção de forragem, especialmente, para a bacia leiteira do estado do RS, buscando-se assim a elevação da qualidade de vida dos moradores do município, o qual se constituiu em alternativa econômica, já que na época do início do projeto, o local era tido como a terceira maior pobreza do estado.

Durante as atividades desse projeto, foi criada uma unidade de beneficiamento de sementes, para que os produtores de sementes pudessem usufruir de forma correta desta área física. E, visando habilitá-los foram disponibilizados periodicamente treinamentos e cursos de capacitação para os produtores da localidade. Como prova do benefício que a comunidade teve com o desenvolvimento das atividades do projeto foi criada uma associação de produtores e logo após uma cooperativa, ainda existentes.

Dessa forma, o projeto, tem oportunizado a elevação da qualidade de vida dos moradores, constituindo-se em importante alternativa econômica, podendo-se resumir a pertinência do projeto nas palavras que seguem: “Vejo que os ensinamentos e fundamentos transmitidos pela UFPel colaboram e muito com o desenvolvimento, devido às aplicações dos

mesmos estarem em acordo com as necessidades regionais” (Q06). Tal proposição parece vir ao encontro da missão da universidade mencionada por Solino (1999), a qual está voltada à produção, sistematização e disseminação do conhecimento no âmbito social.

Outra atividade desenvolvida que mereceu importante destaque por parte dos respondentes (docentes e discentes) diz respeito à atividade de extensão conhecida como “Dia de Campo”, a qual conta com a participação de docentes e discentes ligados a todos os níveis de pós-graduação ministrados pelo programa. Esta atividade tem como objetivo tornar disponível os resultados dos trabalhos desenvolvidos, em linguagem de fácil compreensão para um público diversificado, como agricultores, técnicos, estudantes, empresários e interessados nas espécies estudadas e tecnologias geradas.

Trata-se de eventos nos quais os docentes são convidados a palestrar abordando a temática de sua área de pesquisa (a qual pode abranger: beneficiamento, secagem, produção, controle de qualidade ou fisiologia) diretamente com os produtores, onde existe um espaço para que os mesmos indaguem, discutam e recebam respostas sobre problemas específicos enfrentados no seu cotidiano. Cabe salientar que essa atividade é desenvolvida diretamente nas áreas demonstrativas ou de referência (experimento). O “Dia de Campo” foi relatado nos discursos proferidos como se constituindo numa importante forma de repassar ao setor produtivo e à sociedade como um todo o conhecimento gerado por meio de pesquisas com espécies de interesse regional desenvolvidas no contexto do PPGCTS, conforme expressa o entrevistado 03: “Você sai das paredes da universidade, você vai lá pro campo mesmo, porque o dia de campo ocorre dentro de uma lavoura [...] então eu acho que pra região é uma coisa que regionalmente funciona muito bem” (E03), questão que vai ao encontro das palavras de Silva e Mello (2010, p. 3) de que: “A extensão [...] exercida junto ao ensino e a pesquisa torna-se capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular”.

O PPGCTS é o programa de pós-graduação do país que mais dá ênfase a área de produção de sementes, dentre as quais se destacam como trazendo maior contribuição à região o arroz e forrageiras, de acordo com os docentes entrevistados: [...] “Essas duas (arroz e forrageiras) foram muito significativas, bateu direto na alavancagem sócio econômica da região” (E1). Quanto a esta questão existe divergência em relação à percepção dos discentes que fizeram parte da pesquisa, segundo os quais, as espécies soja e arroz são consideradas as mais importantes em termos de contribuição para a região, visão que é destacada, sobretudo, pelos discentes que atuam profissionalmente no estado do Rio Grande do Sul.

Em relação ao grau de importância, os questionados (discentes) colocam em primeiro lugar o arroz, assim como os entrevistados (docentes), mas apresentam em segundo lugar a soja e, apenas em terceiro as forrageiras, diferentemente dos docentes que colocam as forrageiras em segundo lugar em termos de importância em termos de desenvolvimento da região.

Os respondentes abordam ainda como relevantes os trabalhos na área de secagem de sementes de forrageiras, azevém, que é um pasto comum de inverno, foi o primeiro desenvolvido no Brasil, o que significou o país deixar de importar este tipo de semente. Tal afirmação é reforçada na fala do entrevistado 01: “Então, o nosso Programa ele teve uma contribuição, te digo mais, eu acho que nosso Programa teve uma contribuição muito prática, não foi àquela pós-graduação muito acadêmica, que ao final gera ou vai gerar o futuro. Nós tivemos respostas de aplicação imediata” (E01).

Ainda sobre a contribuição do programa em termos de desenvolvimento regional, o entrevistado 02 declara que:

Nossa região se caracteriza por produção agrícola, em termos de arroz e pecuária. Nós [programa] contribuimos com a reestruturação e organização das áreas de alguns produtores de sementes de arroz e também com a tecnologia, utilizando a

pesquisa em sementes de pastagens, gerando semente de melhor qualidade e consequentemente maior produção de carne e arroz.

Na opinião dos questionados, quanto aos níveis dos cursos promovidos pelo programa, o que mais se sobressai em termos de contribuição mais imediata para o desenvolvimento regional foi o curso de mestrado profissional, seguido logo após pelos cursos em nível de especialização, conforme relatos apresentados a seguir: “[o mestrado profissional] aprimora o conhecimento de profissionais que já estão atuando” (Q02); oportuniza uma “troca de experiências valiosas entre os participantes” (Q03); foca em especial a “aplicação prática da pesquisa” (Q09); “promove a integração dos profissionais com a universidade” (Q16); “é mais prático, atende direto o produtor, consumidor e empresas” (Q17); “aproxima o setor educacional do setor produtivo” (Q19).

Essas atividades se confirmam como muito importantes, no momento em que os entrevistados (docentes) e questionados (discentes) destacam que as pesquisas desenvolvidas dentro do programa chegam ao setor produtivo e à sociedade como um todo: seja através dos egressos com elevada qualificação, das pesquisas, de novas tecnologias transferidas ao setor, dos dias de campo, através do intercâmbio com empresas privadas ou ainda através das diversas publicações efetuadas.

Confirmando também a atuação do programa em termos internacionais, ainda que este não seja o foco primeiro do estudo, vale destacar a ligação de docentes ligados ao quadro permanente do programa com organismos do exterior. É o caso, por exemplo, de um dos professores que por indicação do Ministério da Agricultura (MAPA) representou o Brasil junto a International Seed Association (ISTA), tornando-se vice-presidente da entidade no período compreendido entre 2004 e 2007. O referido docente faz parte atualmente do Conselho Diretivo da International Seed Federation (ISF), representando a Associação Brasileira de Sementes (ABRASEM) desde o ano de 2009.

A UFPel mantém uma parceria com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) desde a década de 80, com a Divisão de Sementes da Direção de Proteção Vegetal deste órgão com sede em Roma, Itália. Participaram desde o início desta parceria professores permanentes do programa, sendo que atualmente permanece ativo um dos docentes, o qual foi escalado para prestar consultorias em países como: Paquistão, Malawi, Trinidad & Tobago, Jamaica, Suriname, Líbia, Uzbequistão, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Costa Rica. Outros docentes do programa também participaram de consultorias em Cuba.

Tais atividades consistem em analisar e recomendar soluções para os países em desenvolvimento nas áreas de produção, programas de sementes, na tecnologia de pós-colheita, planejamento e instalação de unidades de beneficiamento de sementes. Os consultores permanecem de 15 a 30 dias nos países onde efetuam as consultorias, participando de reuniões com agricultores e produtores de sementes, ocasião na qual proferem palestras e cursos curtos, emitindo no final um relatório completo que compreende os principais achados, conclusões e recomendações.

Desta forma, a UFPel, por meio do PPGCTS contribui com as necessidades dos países em desenvolvimento na área de ciência e tecnologia de sementes, facilitando a participação de seus professores nas atividades correlatas que fomentam a segurança alimentar no mundo.

Considerações Finais

Este artigo decorre de uma pesquisa conduzida para fins da elaboração do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, por meio do qual se buscou analisar a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da

Universidade Federal de Pelotas, para o desenvolvimento regional.

Os resultados da pesquisa apontaram para uma eficaz contribuição do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes em termos de desenvolvimento regional, o que se revela de modo destacado primeiramente pela formação de profissionais qualificados, capazes de atender às demandas sociais existentes, sendo que os cursos em níveis de mestrado profissional e especialização (Produção de Sementes de Arroz Irrigado e Ciência e Tecnologia de Sementes) foram destacados como os cursos que geram uma contribuição mais imediata ao desenvolvimento.

Verificou-se ainda que as pesquisas desenvolvidas no Programa abordam uma área considerada estratégica, em relação as espécies de sementes, que são fundamentais para o Rio Grande do Sul, como arroz, maior área plantada no Brasil, as forrageiras, fundamentais para alimentação do gado, pois a pecuária também é outra atividade muito difundida na região e a soja, que apresenta a commodities de maior valor agregado.

Destacou-se, ainda projetos desenvolvidos no interior do programa, como é o caso do projeto de pesquisa com a espécie “feijão miúdo”, o qual oportunizou a elevação da qualidade de vida dos moradores de São José do Norte, constituindo-se em importante alternativa econômica para o município, que na época do início do projeto era considerada a terceira maior pobreza do Estado.

Em relação à transferência de tecnologia, pode-se verificar que ocorre de várias formas. Tanto através dos egressos que vem exercendo atividades em instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos, associações de produtores de sementes, cooperativas e empresas produtoras de sementes, como nas atividades de extensão promovidas nos chamados dias de campo, também através das publicações de artigos, dissertações, teses ou revistas de grande circulação.

Diante da análise realizada, pode-se verificar a confirmação da credibilidade que o Programa conquistou durante a sua existência, validando a sua contribuição em termos econômicos e sociais para a região, podendo-se constatar, inclusive, a inserção do mesmo diante do cenário nacional e internacional, ainda que este não fosse o objetivo primeiro de tal estudo.

Sugere-se, então, visando aprimorar esta área de estudos (Universidade e Sociedade), abordando o tema “Desenvolvimento Regional”, envolvendo discentes e docentes de outros Programas de Pós-Graduação da instituição, visando dar maior visibilidade à atuação da universidade, sobretudo, da universidade pública junto ao compromisso com a sociedade.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo: Moderna, 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BECKER, D.F. e WITTMANN, M.L. (org.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 137-153, 157-173, 285-318.

BELLO, J.L. de P. **Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm> Acesso em 12.05.2011.

BOISIER, S. **Modernidad y territorio: cuadernos del Ilpes**. Santiago do Chile, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.fcap.br/proex/ext_univ.htm . Acesso em: 25 de abril 2011.

CUNHA, L.A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, M.I. Indicadores de qualidade e a relação do ensino com a pesquisa e a extensão na universidade brasileira. **X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América del Sur**. Mar del Plata, 8, 9 e 10 de diciembre de 2010. 11p.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**. n.28. Rio de Janeiro. Jan./Abr. 2005.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 2002.

FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL. Disponível em: <http://www.fundacaosimonbolivar.org.br/maciel.php> . Acesso em: 24.10.2011

FIGUEIREDO, É.S.A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, v. 7, n.2, dezembro de 2005.

FRANCO, M.E.D.P.; LONGHI, S.M. e RAMOS, M. da G. **Universidade e Pesquisa: Espaço de Produção do Conhecimento**. UFPel: Editora e Gráfica, 2009. 300p.

FROTA JR., J.P. O papel das universidades no desenvolvimento regional. Disponível em: www.sfiac.org.br/educação/papel_universidades_desenvolvimento_regional.htm Acesso em: 17/01/2011.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1981.

GUBIANI, J.S.; MORALES, A. e SELIG, P.M. A influência das universidades no desenvolvimento regional. **Revista CCEI**. v.14, n.25, março 2010.

GUIMARÃES; GRAMKOW; MUÑOZ e SEVERO. **Cooperação e parcerias interinstitucionais: reflexões sobre o papel da universidade pública**. Florianópolis: Núcleo Interúcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, S.d. 15p.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 12 a 15 de setembro de 2004

MAIA, V.I. **Educação e desenvolvimento regional: a contribuição da Faculdade de Pará de Minas. Dissertação de Mestrado Profissional em Administração**. São Leopoldo: Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, 2006. 163p.

MANCE, E.A. "Trabalho, Ciência e Tempo Livre em Karl Marx - Dos Grundrisse ao Capital" Disponível em: www.aol.com.br/mance/trabalho.htm Acesso em: 11/03/2011.

MELO, P.A. de. **A Cooperação Universidade - Empresa nas Universidades Públicas Brasileiras.** 2002. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. UFSC - SC, 2002.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

NOVO, L.F. **Importância da FURG no desenvolvimento econômico social do município do Rio Grande.** 2004 149f. Curso de Pós-Graduação em Administração. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2004. 149p.

PANIZZI, W.M. **Universidade pública, gratuita e de qualidade.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 180p.

RAMOS, M. da G.G. **Política de pós-graduação no contexto de uma universidade pública:** mediações na produção e socialização do conhecimento. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RELATÓRIO CAPES. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes, Dezembro 2010. Coleta de Dados.

RISTOFF, D.I. **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROLIM, C. e SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo prazo. 2009. 22p. Disponível em: <http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/viewFile/26/30>. Acesso em: 15.06.2011

ROSSATO, R. **Universidade:** nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J.S. de; SOUZA, R.F. de; VALDEMARIN, V.T. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v.20, n.56, abril 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100012&iNG=en&nrm=iso. Acesso 09/09/2011.

SILVA, F.M. da; MELO, P.A. de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária em América del Sur, 10, Mar del Plata, 8-10 de diciembre de 2010. 16p.

THEIS, I.M.; MENEGHEL, S.M. e BAGATTOLLI, C. **Transferência de Conhecimento para o Setor Produtivo em Escala Regional:** o Caso da FURB. 2004. 15p.

ZIMMER, P. e MELO, P.A. de. **Relação Universidade e Sociedade:** Cenário e Perspectivas das Universidades Brasileiras. 2004. 10p.

YIN, R.K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.